

Dia de protestos e confrontos



ROGÉRIO SOARES

Movimento afetou serviços e comércio na região

A greve geral contra as reformas trabalhista e da Previdência afetou setores econômicos da Baixada Santista, como o Porto e o comércio. Os protestos começaram na madrugada, com o bloqueio de garagens de ônibus e de áreas estratégicas, como a Cônego Domênico Rangoni e a divisa entre Santos e São Vicente. Houve confrontos entre manifestantes e policiais. O governo minimizou a greve e direcionou críticas aos atos de violência pelo País. **A-3 A A-8 E EDITORIAL A-2**

►Passado o movimento, a tarefa agora é entender os impactos na sociedade brasileira. **A-3**

►Houve enfrentamentos entre sindicalistas e policiais no Valongo e Centro de Santos. **A-6**

►Em São Paulo, protestos chegaram à casa do presidente Temer, protegida pela PM. **A-8**

►O Santos FC também foi afetado. Renato e Ricardo Oliveira ficaram de fora do treino. **B-1**

Os manifestantes iniciaram os protestos logo pela manhã, bloqueando áreas estratégicas, como a Rodovia Cônego Domênico Rangoni. A PM usou força para liberar a estrada

FALE COM A GENTE!

Editores: Christiane Lourenço, Michella Guili,
Rafael Motta e Ronaldo Abreu Vais
E-mail: cidades@atribuna.com.br
Telefone: 2102-7157

DESTAQUE DO DIA

BRASIL



os dois lados da moeda

Previsto no Artigo 37 da Constituição, o direito de greve foi amplamente exercido em todo o Brasil. Na Baixada Santista, e em outros pontos do País, houve paralisação nos transportes, afetando comércio e serviços. Na região, em Santos e Guarujá ocorreram confrontos entre manifestantes e polícia - assim como em São Paulo e no Rio de Janeiro. Mas, para além de um dia fora da rotina, o que representa esta greve geral, convocada pelas centrais sindicais contra as reformas do Governo? Veja abaixo algumas respostas

DA REDAÇÃO

Ao longo dos anos, muitos brasileiros foram às ruas lutar para conquistar melhores condições de trabalho. Ontem, porém, diversas categorias manifestaram-se pela manutenção de direitos que já haviam sido conquistados e, segundo elas, estão na berlinda com a proposta das reformas Trabalhista e da Previdência, do Governo Federal, além da Lei de Terceirização. E os protestos devem continuar. No dia 1º de Maio, Dia do Trabalhador, quase 100 categorias estarão reunidas na Praça das Bandeiras, no Gonzaga, às 10 horas.

Porém, não são todos que concordaram com a manifestação e nem mesmo a posição contrária às propostas é unânime entre especialistas. As opiniões estão divididas.

Para o historiador e professor do Departamento de História

da **Unicamp**, Claudio Batalha, as greves ao longo da História representaram ferramentas importantes para a garantia de direitos trabalhistas.

"Boa parte dos nossos direitos foi conquistada em resposta a movimentos que reivindicaram isso. As conquistas como carga horária e direito de descanso semanal, por exemplo, vêm de um histórico de lutas e greves", diz.

Segundo ele, os direitos eram adquiridos e depois que os trabalhadores se desmobilizavam, representantes patronais os retiravam. Isso, de certa forma, de acordo com o professor, foi resolvido com uma lei que consolidou essas conquistas. "Só que agora querem mexer na lei", alerta.

RESPOSTA À AMEAÇA DE PERDA

Batalha lembra que a greve de ontem aconteceu 100 anos de

HÁ 100 ANOS

Em 1917, antes da consolidação das leis trabalhistas no País, operários - grande parte mulheres - de uma fábrica têxtil na Mooca paralisaram suas atividades. Os trabalhadores pediam aumento de salários e redução das jornadas de trabalho, que até então não eram garantidos por lei. Em algumas semanas, a greve se espalhou por inúmeros setores da economia, por todo o Estado de São Paulo e, depois, para o Rio de Janeiro e Porto Alegre.

pois da primeira grande greve geral do País. "Uma das diferenças é que, em 1917, era um momento de crescimento da economia. Mas enquanto as empresas lucravam, os trabalhadores estavam com salários congelados e viam o custo de vida disparar. Hoje, a greve é uma resposta à ameaça de perda de direitos".

Ele considera que a CLT não contempla situações novas da sociedade, mas as mudanças propostas podem levar à perda de direitos importantes.

"Há uma enorme propaga-

ção para vender a ideia das reformas como salvadoras, o que, de fato, não são. Estamos às vésperas do 1º de Maio correndo riscos de perder direitos".

MUDANÇAS INEVITÁVEIS

O cientista político Pedro Paulo Angrisanis Gomes acredita que as mudanças no País são inevitáveis. Em 1943, o Brasil tinha uma expectativa de 40 anos de vida, mas hoje se vive mais, pelo menos 70 anos, aponta ele.

"É preciso se adaptar às mu-

danças. Os sistemas previdenciários foram feitos lá atrás para situações que não são mais a realidade. Estou convencido de que será preciso ter uma reforma, mas não sei avaliar tecnicamente se dessa maneira que é proposta hoje".

Sobre os direitos dos trabalhadores, Pedro Paulo acredita que eles não estão sendo feridos. "Eles estão garantidos na Constituição. Vejo que temos uma variação de alguns detalhes que começam a ser necessários, mas nada além disso".

DIFICULDADE DE ANÁLISE

Já na visão de Rodrigo Augusto Prando, professor de Sociologia e Política da Universidade Presbiteriana Mackenzie, a sociedade tem dificuldade em analisar bem as propostas por conta da polarização de ideias entre os apoiadores do impeachment da ex-presidente Dil-

ma e os contrários que, hoje, foram a favor da greve.

"Essa polarização impede até mesmo o entendimento sobre o momento em que vivemos. Por que será que as pessoas não foram ao trabalho hoje (ontem)? Muitas ficaram com medo de represálias. Será que queimar pneus é a melhor forma de fazer as pessoas entenderem que a reforma não é boa?", questiona.

Para Prando, é importante entender a greve de ontem como um movimento legítimo, mas que guarda interesses políticos de determinados grupos.

"De qualquer forma, não acredito que isso possa impedir a aprovação das reformas. Hoje, temos um governo que, por pior que seja, está conseguindo governar. Agora, no fundo, o Brasil depende de 2018 e dos nomes que surgirão".

CAUTELA

■ A Universidade Católica de Santos (UniSantos) cancelou as atividades ontem, seguindo as orientações da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Na próxima semana, a instituição abre um ciclo de debates sobre as propostas das reformas Trabalhista e da Previdência.

"Desde o início, o posicionamento da Igreja foi de muita cautela à proposta de reforma, por conta do impacto na vida das pessoas. Queremos convocar a população à reflexão. Precisamos debater esses assuntos e não ignorar que essas propostas colocam em risco os direitos conquistados", afirmou o reitor da UniSantos, Marcos Medina.

Para ele, os encaminhamentos em relação às reformas propostas pelo governo estão acontecendo a toque de caixa e é preciso que a sociedade se envolva na discussão. "Assim, promoveremos um debate sobre as reformas Trabalhista e da Previdência. E é um convite a toda população".

Os debates acontecem no auditório da Faculdade de Direito (Campus Boqueirão) nos dias 3 e 4 de maio, quando os especialistas irão debater a Re-



"Desde o início, o posicionamento da Igreja foi de muita cautela à proposta de reforma, por conta do impacto na vida das pessoas. Queremos convocar a população à reflexão. Precisamos debater esses assuntos e não ignorar que essas propostas colocam em risco os direitos conquistados"

Marcos Medina
reitor da UniSantos

forma Trabalhista.

Nos dias 10 e 15, o tema a ser discutido será a Reforma da

Previdência. Em todos os dias, as discussões têm início às 19 horas.

LUTA

■ Segundo o secretário-geral do Sindicato dos Bancários de Santos e região, Ricardo Saraiwa, o Big, haverá ainda outra reunião na quarta ou quinta para avaliar os próximos passos dos movimentos.

Para o presidente do Sindicato dos Estivadores, Rodnei Oliveira da Silva, o 1º de Maio continuará sendo de luta. "Nós temos de lutar para não perder. Se este momento não é o pior para os trabalhadores, é um dos piores".

O presidente do Sindicato dos Químicos, Herbet Passos Filho, promete atos para cobrar os deputados da região. "Nós queríamos negociar com o Governo e não ser atropelados. A greve aconteceu por conta da quebra de diálogo".

De acordo com o presidente da Associação de Base dos Funcionários e Servidores do poder Judiciário do Estado de São Paulo (Assojubs), Michel Iório Gonçalves, é preciso denunciar para a sociedade o que está acontecendo. "Estamos vendo a destruição dos trabalhadores, da Previdência e dos direitos de todos nós".

Quem concordou é o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Claudinei Rodrigues Gato. "O pacote de malda-



"Nós temos de lutar para não perder. Se este momento não é o pior para os trabalhadores, é um dos piores"

Rodnei Oliveira da Silva
presidente do Sindicato dos Estivadores

des do Governo é grande. Faremos mais atos".

A coordenadora da Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado) na Baixada, Célia Amado, vê a data como de luta e resistência da

classe trabalhadora. "Apesar de tirarem todos os direitos, estaremos lutando e tentamos convencer a sociedade do prejuízo que vai ter. Lutamos por nós e pelas futuras gerações".